

# De escola agrícola a instituto penal: a polêmica criação do IPA de São José do Rio Preto na década de 1950

*Matheus Moreira Marques*<sup>1</sup>

*Raquel Discini de Campos*<sup>2</sup>

## *Resumo*

O presente artigo procura reconstruir, pela análise do jornal *A Notícia* (1945-1956), a polêmica instalação do Instituto Penal Agrícola (IPA), na cidade de São José do Rio Preto, SP, no ano de 1955. O IPA foi construído numa área de grande extensão e se encontra, atualmente, envolvido pelo perímetro urbano, fazendo divisa com condomínios residenciais de luxo. No entanto, seu prédio foi construído para ser uma Escola Prática de Agricultura (EPA), conforme desejo de parte da população local dos anos de 1940, e não um instituto penal. Por intermédio da leitura de *A Notícia*, considerado o grande palco da opinião pública local na primeira metade do século XX, podemos nos aproximar dos (des)caminhos que fizeram a EPA se transformar em IPA – ainda hoje considerado um dos maiores obstáculos simbólicos para o desenvolvimento regional.

*Palavras-chave:* Instituto Penal Agrícola. São José do Rio Preto. História e impressos paulistas.

## *Abstract*

The current article tries to rebuilt, through the analysis of the newspaper *A Notícia* (1945-1956), the controversial installation of the Agricultural Penal Colony – APC, seated in São José do Rio Preto – SP, in 1955. The APC was built on a huge stretching area and is nowadays surrounded by the city limits, bordering luxury residential areas. However, the building was raised to be an Agricultural Practice School - APS, as the wish of part of the local population during the 40's, instead of a penal colony. Through the reading of *A Notícia*, considered the most important means of communication at the time for local public opinion during the first half of 20<sup>th</sup> century, we can come closer to the (mis)paths which were responsible for changing the APS in to the APC – still supposed to be one of the biggest symbolical obstacles to the regional development.

*Keywords:* Agricultural Penal Colony. São José do Rio Preto. History and papers from São Paulo.

<sup>1</sup> Graduado em ciências sociais pelo UNICERES, São José do Rio Preto. matheusmmm@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Araraguara). Docente da Faculdade de Educação - UFU. raqueldiscini@uol.com.br

O Instituto Penal Agrícola de São José do Rio Preto é assunto da atualidade. Com frequência, notícias relacionadas à instituição são veiculadas pela mídia e pelos jornais paulistas abordando desde as polêmicas “saidinhas” dos internos, em que parte dos reeducandos é liberada para passar os feriados com suas famílias, até as especulações políticas e econômicas criadas em relação a sua área de grande extensão encravada em plena zona sul da cidade, que se vê cada dia mais cercada pelo perímetro urbano e pelos condomínios residenciais de luxo.

A Prefeitura Municipal, inclusive, já providenciou por meio do Decreto nº 13.075, de 16 de fevereiro de 2006, e da Lei nº 9.909, de 26 de junho de 2007, a doação de terreno em área afastada, às margens da rodovia BR – 153, próxima ao município de Onda Verde, para a construção do Centro de Progressão Penitenciária – CPP. Tal centro irá acolher a instituição que se tornará a segunda maior do Estado, com capacidade para 1.080 reeducandos, criando, assim, um complexo penitenciário no local, já denominado pela mídia como “barril de pólvora”, visto que outras duas instituições penais já se encontram aí instaladas, quais sejam: o Centro de Detenção Penitenciária – CDP e Centro de Ressocialização Feminina – CRF. As obras tiveram início em 2009, mas não possuem previsão de término.

A história da instituição no espaço onde se encontra, portanto, está com os

dias contados. Um projeto municipal<sup>3</sup>, elaborado com a finalidade de incluir a cidade no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, prevê a instalação no local de vários empreendimentos, como uma Fazenda Experimental da FATEC, um Parque Tecnológico com empresas inovadoras de diversas áreas de produção, bem como a ampliação da Estação Ecológica do Noroeste Paulista em área pertencente à Universidade Estadual Paulista.

O IPA de Rio Preto, juntamente com o Instituto Penal “Professor Noé Azevedo” de Bauru, são os únicos Institutos Penais Agrícolas do Estado de São Paulo. Nele, atualmente, se encontram 911 reeducandos cumprindo pena em regime semi-aberto, muito embora a estrutura permita abrigar apenas 610, conforme informações obtidas junto à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado<sup>4</sup>. Todos os detentos desenvolvem trabalhos em áreas diversificadas, na própria instituição ou em empresas colaboradoras, o que também favorece a redução gradativa da pena. O Instituto possui rebanho de bovinos, ovinos, suínos e eqüinos, além de tanques para piscicultura. A produção de hortifrutas, leite e carne é destinada ao consumo interno e o excedente atende às instituições sociais do município.

<sup>3</sup> Projeto da Prefeitura para a inclusão da cidade no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos e ampliação da Estação Ecológica do Noroeste Paulista obtido junto à Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica.

<sup>4</sup> As informações encontram-se disponíveis no site da SAP <http://www.sap.sp.gov.br/common/unidades.html> e se referem a acessos realizados no mês de setembro de 2010.

Com 258 funcionários, a instituição promove ainda cursos de alfabetização e profissionalizantes, em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), a FUNAP (Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paulo Souza. Além disso, desenvolve várias outras atividades direcionadas à reabilitação social dos internos.

Interessante notar, entretanto, que desde sua origem o IPA está fortemente marcado por uma grande polêmica, posto que o prédio no qual se encontra instalado foi erguido no ano de 1945 para abrigar uma Escola Prática de Agricultura – EPA, durante a administração do então interventor federal, Fernando Costa. Em um período de grande entusiasmo com o crescimento econômico vivido no interior paulista, a criação da Escola Prática de Agricultura representou importante sinal de progresso para o município, reforçando ainda mais o ideal de desenvolvimento voltado para as regiões mais afastadas da capital.

Porém, a demora na finalização das obras da escola e as sucessivas trocas de governo ocorridas na época deram origem a uma série de polêmicas sobre outras destinações possíveis para a EPA, que não uma escola. Tais polêmicas envolveram os vereadores da Câmara Municipal e representantes das associações

de comércio e agricultura locais, todos profundamente atentos à real destinação dada à área de 600 alqueires desapropriada pelo governo estadual para a criação da EPA.

Quando as especulações em torno do destino de tais terras se voltaram para a instalação de uma penitenciária agrícola ao invés de uma escola, as manifestações se intensificaram, a ponto de diversos setores da sociedade local, ligados sobretudo às elites e camadas médias urbanas, apelarem às autoridades e à população em geral para discutir o assunto. Além disso, várias sessões na Câmara foram utilizadas para que os vereadores debatessem a questão, uma vez que a proposta desagradou a muitos edis renomados daquele período, entre eles Bady Bassitt, José Jorge Cury e Felipe Lacerda<sup>5</sup>. Todas essas manifestações refletiram na imprensa local, sobretudo na sua forma escrita, sendo acompanhadas com grande destaque pelos jornais da época.

A inexistência de fontes variadas sobre o assunto fez com que nos detivéssemos na análise do jornal *A Notícia*<sup>6</sup>, um

<sup>5</sup> Bady Bassitt (29/11/1917 a 07/09/1960), médico, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de 1948 a 1951, prefeito de Rio Preto durante os alguns meses entre os anos de 1949 e 1950 e deputado estadual para as legislaturas de 1955 a 1958 e 1959 a 1960; José Jorge Cury (20/09/1925 a 06/09/1986), advogado e comerciante, foi vereador riopretense durante os anos de 1952 a 1959 e deputado estadual de 1963 a 1971; e Felipe de Paula Cavalcanti de Albuquerque Lacerda (03/05/1900 a 07/03/1959), advogado, foi vereador de 1948 a 1951.

<sup>6</sup> O jornal *A Notícia* circulou na cidade durante os anos de 1924 a 1996. Fundado por Nelson da Veiga e Dario de Jesus, em 30 de novembro de 1924, foi logo vendido para Manoel dos Reis Araújo Netto e Olympio Rodrigues dos Santos e, mais tarde,

dos mais influentes da época e porta-voz autorizado das camadas médias urbanas locais. Vale destacar que boa parte das edições daquele jornal pode ser facilmente consultada na Hemeroteca “Dario de Jezus” localizada na Casa de Cultura “Dinorath do Valle” de São José do Rio Preto que abriga também vários outros jornais e periódicos da cidade.

Tais publicações podem ser transformadas, nos dias atuais, em importantes fontes de estudo para compreensão daquela época e, conseqüentemente, do episódio específico da criação do IPA. Podem ser utilizadas ainda para (re)construirmos os acontecimentos, porquanto consideradas como representações e portadoras de significados para compreendermos melhor aquele contexto<sup>7</sup>.

Partindo-se do pressuposto de que todo documento é verdadeiro e falso; e que todo documento é também um monumento, porque é um produto da sociedade que o fabricou e está atravessado por relações de força<sup>8</sup>, realizamos a nossa operação historiográfica, nos moldes preconizados por Michel de Certeau<sup>9</sup> ao

transformarmos antigos impressos em fontes para contar a história do IPA. Assim demos voz a materiais adormecidos e fizemos falar aquilo de quem não se espera ouvir a voz.

Segundo LODI<sup>10</sup>, os anos de 1940 representaram para a cidade de Rio Preto um período de grande entusiasmo com o crescimento econômico vivido. A cidade se caracterizava como produtora das principais culturas exportáveis da época, como o café e o algodão, ao mesmo tempo em que ganhava expressiva importância na produção de alimentos como arroz, feijão e milho, destinados em sua maioria aos núcleos urbanos mais centrais do Estado.

Além disso, outras referências, não necessariamente econômicas, também são significativas para a contextualização da realidade da cidade durante essa década. Entre elas, certamente, estão as comemorações em torno do seu cinquentenário de emancipação celebrado em julho de 1944 e amplamente divulgadas pelo jornal A Notícia.

Desmembrada oficialmente de Jaticabal após 27 anos de pertencimento àquela vila, a freguesia de São José do Rio Preto se tornava independente em 19 de julho de 1894, por força da Lei nº 294, elevando-se, assim, à categoria de município. Para as comemorações de seu cinquentenário, várias homenagens foram prestadas e veiculadas no referi-

---

em 5 de abril de 1936, para Leonardo Gomes que o dirigiu até a década de 1970. Sua última edição circulou em 12 de março de 1996, sob a direção de Marco Antônio dos Santos. É o editorial de vida mais longa do município.

<sup>7</sup> CAMPOS, R. D. A princesa do sertão na modernidade republicana: Urbanidade e Educação na Rio Preto dos anos 1920. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2003; e *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920 – 1940)*. Educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

<sup>8</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

<sup>9</sup> CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.) *História novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco

---

Alves, 1988.

<sup>10</sup> Produção Agrícola após 1930. Diário da Região, São José do Rio Preto, 29 de junho de 2008a. Diário História.

do matutino, patrocinadas pelos mais diversos estabelecimentos comerciais, empresas nacionais e multinacionais, associações e até mesmo por famílias tradicionais da cidade e região. Em comum, o enaltecimento à prosperidade da jovem municipalidade e a reiteração do espírito de “cooperação com o progresso de Rio Preto através do trabalho pela grandeza de São Paulo e do Brasil” (A Notícia, 19 de julho de 1944, pg. 6)<sup>11</sup>.

Algumas homenagens eram prestadas também pelas cidades vizinhas que se originaram dos desmembramentos ocorridos no município a partir dos anos de 1920 e que por isso se denominavam orgulhosamente como sendo da “prole de Rio Preto”. Entre elas estão Mirassol, José Bonifácio, Uchoa, Monte Aprazível, Nova Granada, Palestina e Cedral.

Nas mais diversas áreas era possível perceber como as notícias demonstravam o entusiasmo com o progresso vivido. A Santa Casa de Misericórdia completava 32 anos de existência “com instalações aprimoradas” e se transformava em hospital regional, enquanto a Casa de Saúde Santa Helena anunciava dispor de “vinte quartos e apartamentos, cozinha dietética especial”, além de “aparelhos ultra modernos de radiografias, da marca GE, com capacidade de 250 miliampères, e transformador próprio – o maior e melhor aparelho do interior do estado”. O próprio jornal A Notícia celebrava essa

fase de transformações e anunciava com euforia a inauguração de sua própria oficina de zincogravura, “para atender não só o nosso diário, mas também a todo o público”, afirmando que com isso “Rio Preto conquista um melhoramento ainda não alcançado pela imprensa de nenhuma outra cidade do interior”.

A cidade dispunha ainda de bancos, hotéis, casa lotérica, biblioteca, uma delegacia do tesouro do Estado, lojas de produtos variados, mercado municipal, indústrias, seminário diocesano e fórum. A rádio PRB-8 que funcionava desde 1936, também inaugurava sua própria sede, em 1940, na Rua Siqueira Campos. Essas e muitas outras atrações justificavam, portanto, o reconhecimento de Rio Preto como a “capital da Araraquarense”, em referência à estrada de ferro que ligava a cidade até Araraquara.

Dentro desse contexto, a criação da Escola Prática de Agricultura, em 1945, reforçava ainda mais o aparente caminho de progresso trilhado pelo município.

Desde junho de 1942, o Decreto-Lei estadual nº 12.742 dispunha sobre a criação de dez Escolas Práticas de Agricultura localizadas nas cidades de Amparo, Araçatuba, Bauru, Guaratinguetá, Itapetininga, Marília, Presidente Prudente, Pirassununga, Ribeirão Preto e Rio Preto. Um dos marcos da administração do então governador-interventor do estado, Fernando Costa, as Escolas Práticas de Agricultura constituíram elemento importante para a qualificação da mão-de-obra interna naquele período, considerando as dificuldades acarretadas pela

<sup>11</sup> As aspas utilizadas de agora em diante no decorrer do texto indicam que os fragmentos foram extraídos do matutino *A Notícia* durante os anos de 1944 e 1955.

2ª Guerra Mundial (1939 – 1945), pois, como ressalta ROMANELLI (2003, p. 155) “a guerra estava funcionando como um mecanismo de contenção da exportação de mão-de-obra dos países europeus para o Brasil”.

Cabia ao Estado, portanto, proporcionar a devida qualificação e engajar as indústrias, o comércio e a agricultura no treinamento de pessoal, uma vez que já não era possível depender da especialização estrangeira. Foi assim que a partir de 1942, por iniciativa de Gustavo Campanema, ministro da Educação e Saúde durante o Estado Novo, começaram a ser promulgadas as leis orgânicas do ensino técnico-profissional nas áreas de indústria, comércio e agricultura, respectivamente, em 30 de janeiro de 1942 (Decreto-Lei nº 4.073 – Lei Orgânica do Ensino Industrial), em 28 de dezembro de 1943 (Decreto-Lei nº 6.141 – Lei Orgânica do Ensino Comercial) e, também, em 20 de agosto de 1946 (Decreto-Lei nº 9.613 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola), já findo, portanto, o Estado Novo.

O referido decreto-lei nº 12.742 começou a se tornar realidade na cidade apenas em meados de 1944, ocasião em que *A Notícia* divulgava a chegada de engenheiros agrônomos da Secretaria da Agricultura do Estado à região com o fim de acertar as medidas atinentes ao início dos trabalhos de desapropriação das terras em que seria instalada a instituição, escolhidas pessoalmente pelo Sr. Fernando Costa em local situado “à esquerda da linha férrea de Rio Preto a Gonzaga de Campos, à direita e à margem de im-

portante rodovia que está sendo construída para Pereira Barreto e tomando larga parte das vertentes do riacho Piedade”.

O jornal passava a se utilizar, assim, dos acontecimentos relacionados à implantação da Escola Agrícola para demonstrar que a cidade era contemplada pelas dádivas concedidas pelo governo do estado, reforçando sua característica acentuadamente agrícola, sem deixar de favorecer a disseminação de um imaginário de progresso entre seus leitores. A partir daí, uma série de manchetes seriam publicadas quase que diariamente pelo matutino, demonstrando a grande importância dada pelo jornal ao assunto.

Em audiência especial ocorrida na cidade de São Paulo em 19 de janeiro de 1944, no gabinete do interventor, José Beolchi e Leonidas da Cunha Viana, vice-presidente e secretário, respectivamente, da Associação Agro-Pecuária de Rio Preto, receberam a confirmação de que uma área de 600 alqueires seria desapropriada para o levantamento da escola, além do que duzentos mil cruzeiros seriam destinados para auxiliar na construção de uma sede própria para aquela entidade.

De acordo com o jornal, o fato exprimia “o vivo interesse do governo do Dr. Fernando Costa para com os nossos problemas rurais e agrícolas, grande número dos quais encontrará solução nas próximas e inestimáveis conseqüências do ensino que será ministrado na Escola Prática de Agricultura” e justificava “a zelosa atenção do ilustre chefe do governo de nosso Estado, sabido como é que a

Araraquarense ocupa a primeira posição, entre todas as zonas de São Paulo, quanto à produção de cinco ou seis dos mais importantes produtos rurais de nossa terra”.

Em entrevista publicada na data de 13 de fevereiro de 1944, Francisco Iglesias, diretor do ensino agrícola estadual, mencionava que “a escola de Rio Preto custará uns 15 milhões ou um pouco mais, porque haverá instalações para 300 alunos internos e 150 externos, além das dependências apropriadas para cursos de ensino de agricultores adultos que desejem aprender ou aperfeiçoar-se”. Realçava também que “as escolas práticas vão exercer uma influência muito benéfica na vida do campo e, portanto na economia de nossa terra, influenciando em todo o conjunto do nosso progresso”.

A instalação da EPA em Rio Preto, no entanto, não foi pacífica em sua totalidade, seja por conta da resistência de alguns proprietários de terras, seja por conta das relações políticas existentes na época com outros municípios do interior paulista que disputavam as conquistas obtidas junto ao governo estadual. A Notícia, por sua vez, mostrava-se atenta a todas essas questões, procurando manter o assunto em pauta, de acordo com as necessidades da ocasião.

Para regularizar as desapropriações necessárias às instalações da EPA, o governo do Estado promulgou em 13 de julho de 1944 o Decreto nº 14.073 e, em 18 de agosto de 1944, o Decreto-Lei nº 14.139, declarando de utilidade pública os imóveis para serem adquiridos

pela Fazenda do Estado. Logo em seguida, outro Decreto-Lei, de nº 14.210, de 29 de setembro, dispunha sobre a desapropriação de novos terrenos para a ampliação da área destinada. A despesa com a execução das desapropriações, até a importância de CR\$ 3.747.305,00 (três milhões, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinco cruzeiros) correria por conta do crédito especial aberto pelo Decreto-Lei nº 13.983, de 16 de maio de 1944.

Apesar de todos os desencontros e atrasos nas negociações, no dia 05 de outubro de 1945 foram realizadas as solenidades de início das obras para construção da Escola Prática de Agricultura. A Notícia publicava na ocasião convite da Prefeitura Municipal à população para assistir a chegada do ilustre Secretário da Agricultura do Estado no campo de aviação local, bem como para participar da cerimônia e do churrasco oferecido, colocando à disposição vários ônibus que sairiam da praça São José, em frente à catedral local, às 9 horas.

Homenagens publicadas, fotos estampadas em primeira página e um cerimonial cumprido à risca conforme planejado, tudo a fim de enaltecer o novo estabelecimento que surgia e trazia consigo a certeza de um futuro promissor para a população da cidade e da região.

No entanto, poucos dias depois do lançamento da pedra fundamental da EPA, em 27 de outubro de 1945, Fernando Costa deixava o governo estadual assumindo em seu lugar Sebastião Nogueira de Lima e, logo em seguida, José



Carlos de Macedo Soares que governou até março de 1947, enquanto se processavam as eleições para a escolha do titular através do voto popular.

Após a promulgação da Constituição de 1946, no período de 14 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951, Adhemar Pereira de Barros ocupou o cargo de governador estadual, tendo sido eleito diretamente. Durante seu mandato, pouco se publicou na imprensa local a respeito da EPA, muito embora tenha nele ocorrido a primeira tentativa explícita de alteração da sua finalidade, por meio do Projeto de Lei nº 325, de 1950, enviado à Assembléia Legislativa em 27 de março daquele ano.

De acordo com o projeto, caberia ao governo estadual adotar providências que favorecessem a instalação de imigrantes europeus no país a fim de suprir as demandas existentes de mão-de-obra na agricultura, sobretudo, em consonância com acordo celebrado entre os governos federal e o italiano em 31 de julho de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.534. Para tanto, a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado estava autorizada a arrendar ou vender, entre várias outras, as terras situadas no município de São José do Rio Preto desapropriadas para a instalação da EPA. Apesar de alguns pareceres favoráveis durante sua longa tramitação, o projeto foi abandonado em julho de 1954, por ordem do então governador Lucas Nogueira Garcez.

Iniciava-se, então, certo desconforto por parte de alguns vereadores e de associações locais com relação ao assunto,

de modo que as discussões começaram a ganhar espaço cada vez maior na cidade.

Outra manifestação ocorreria já em 27 de março de 1951, quando o vereador Felipe Lacerda cobrou na Câmara pressão política junto ao novo governador, Sr. Lucas Garcez, para concluir as obras da EPA – o que já vinha sendo solicitado desde idos de 1948. Na ocasião, foi aparteado por seu colega João Mangini, que o advertiu sobre o andamento normal das obras.

Começava, assim, uma nova fase na história da EPA, repleta de boatos e especulações em torno da sua utilização e que logo refletiriam em intensos debates na Câmara Municipal e mobilizações por parte de associações locais, todas reportadas com a mesma intensidade e entusiasmo pelo matutino.

As especulações cada vez mais fortes a respeito da destinação diversa que seria dada a Escola motivaram o vereador Felipe Lacerda a sugerir, em sessão da Câmara do dia 15 de maio de 1951, a formação de uma comissão especial, integrada até pelo prefeito, para se dirigir ao governador a fim de impedir que a EPA fosse transformada em instituto penal.

Dias depois, o governador estadual da época, Lucas Nogueira Garcez, visitava Rio Preto e Mirassol em caráter oficial e não pôde se esquivar das reivindicações apresentadas, sobretudo em relação à situação da Escola Prática de Agricultura. Na ocasião foi proferido importante discurso amplamente divulgado pela imprensa local por parte do então vereador



Bady Bassitt, com forte apelo emocional. Tal discurso foi rapidamente estampado integralmente por A Notícia, na edição de 23 de setembro de 1951.

É em nome dessa Rio Preto magestosa, pujante, desenvolvida e organizada, centro geográfico, político e econômico de uma das mais ricas e prósperas regiões do Estado, que eu tenho a honra de vos saudar [...] de vos apresentar algumas das nossas reivindicações que escaparam ao admirável Plano Quadrienal do Governo que em boa hora elaborastes para o nosso Estado. I - A Escola Prática de Agricultura sempre foi um desejo, uma aspiração de Rio Preto e de toda a Alta Araraquarense. Depois de iniciada, com grandes dificuldades e a custa da desapropriação de centenas de alqueires das melhores terras do nosso município, ficou ao abandono durante mais de cinco anos. Agora se fala em transformá-la em Penitenciária Agrícola. Será isto oportuno, será isto justo para conosco? O que nós desejávamos, o que nós desejamos é que aquele próprio do Estado seja aproveitado para os fins que animaram e justificaram sua construção inicial. Servir à lavoura; dotar nossa região de técnicos agrícolas, para maior riqueza de São Paulo e do Brasil (A Notícia, 23 de setembro de 1951).

O discurso do vereador Bady Bassitt, muito elogiado pelo matutino, logo se transformou em plataforma de seu governo para as eleições municipais que ocorreriam em outubro daquele ano.

Restam evidentes nele as intenções do vereador não só de retomar a vocação agrícola local, condenando a instalação da penitenciária, como também de re-

forçar toda a mitologia construída em torno da cidade que era conhecida pelas expressões “Nova Canaã”, “Novo Eldorado”, “Capital do Sertão” e “Princesa do Sertão”, recorrentemente utilizadas pelos jornalistas nos matutinos para se referirem a Rio Preto e que traziam consigo uma grande carga simbólica relacionando o local como lócus de prosperidade e abundância – onde não cabia, certamente, uma penitenciária agrícola<sup>12</sup>.

Diante das reivindicações apresentadas, o governador decidiu cautelosamente “levar a cabo os dois empreendimentos, a saber, a Escola Agrícola, ainda que reduzida a proporções de caráter prático e útil, de acordo com seus objetivos, e a Penitenciária Agrícola, cuja imensa utilidade dispensa qualquer apreciação” (A Notícia, 26 de setembro de 1951).

A proposta apresentada servia exclusivamente para acalmar os ânimos dos mais exaltados e buscar o agrado de todos os interessados, uma vez que não foram tomadas quaisquer providências para tal fim nos dias que se seguiram. Tanto que logo em outubro o jornal apelava ainda uma vez para o “próvido governo estadual” a fim de fosse dado “sem mais delongas” um emprego útil às obras da EPA que se encontravam interrompidas.

<sup>12</sup> CAMPOS, R. D. *A Princesa do Sertão na Modernidade Republicana: Urbanidade e Educação na Rio Preto dos anos 1920*. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2003; e *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920 – 1940)*. Educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

Ao contrário das manifestações iniciais, criticando aqueles que demoravam em entregar suas terras ao governo, o matutino agora alterava drasticamente seu discurso e censurava de forma veemente a lentidão do Estado na finalização das obras e definição do seu futuro.

Nesse hiato temporal que durou aproximadamente dez anos, desde o início das obras em 1945 até 1955, o governo do Estado de São Paulo havia passado pelas mãos de quatro pessoas até ser assumido por Jânio Quadros em 31 de janeiro de 1955.

Pouco se comentou a respeito da EPA no jornal *A Notícia*, que divulgava apenas alguns artigos cobrando das autoridades o andamento das obras. Nitidamente percebe-se a mudança no tom dos discursos que passaram dos agradecimentos e elogios enaltecendo aos governos estadual e municipal às críticas e cobranças diretas, sempre na defesa dos interesses da cidade.

Diante das insinuações cada vez mais presentes de que seria dada uma finalidade à obra diversa da esperada, a Associação Rural de Rio Preto, presidida por Luiz Duarte da Silva, iniciou a partir de meados de 1955, intensa campanha pública contra a transformação da EPA em Instituto Penal, divulgando no jornal o local das reuniões e conclamando a população a participar dos debates e das mesas redondas para discutir o “palpitante assunto”.

Em uma delas, realizada em 26 de março de 1955, com a presença do prefeito Philadelpho Gouveia Neto e outros

nomes importantes da política local ficou assentado que a cidade continuaria discordando da transformação pura e simples da EPA em Penitenciária. O deputado Aloysio Nunes Ferreira afirmava na ocasião que “pertence a um partido que está empenhado em dar toda sua cooperação ao atual governo do Estado, mas nesta questão da Escola Agrícola, estaria ao lado de Rio Preto”, demonstrando, assim, o desconforto entre as esferas de poder estadual e municipal.

No dia 13 de abril de 1955, uma reunião com a comissão oficial do Estado nomeada diretamente pelo Sr. Governador definia a situação em favor da instalação do Instituto Penal. Logo no dia seguinte, *A Notícia* publicava longa matéria expressando sua opinião.

Sempre sentimos que repugna ao bom senso, pensar no fechamento de um educandário para abrir uma prisão. O atual governo do Estado quer resolver com urgência o problema planteado. É um louvável propósito e para o conseguir, visto como não conta com recursos econômicos para construir mais presídios, lembrou-se das Escolas Práticas de Agricultura instaladas em vários pontos do Estado. [...] Como primeiro passo, nomeou a comissão que nos visitou. Não podia o governo ter agido com mais acerto para conseguir o que pretende: ver, sem maiores barulhos, transformadas em presídios as Escolas Práticas de Agricultura – porque a referida comissão argumenta de modo tão veemente e por vezes tão sentimental e patético que chega a emocionar os demais concorrentes das mesas redondas a que comparece. Mas a verdade na prática

é outra. É mera fantasia, por exemplo, afirmar-se que os quinhentos ou mil presos que se pretende instalar ali na nossa Escola Agrícola, o que querem é regenerar-se na lavoura, para a lavoura. [...] Se o governo não tem recursos para administrar, peça-o ao Poder Legislativo. Peça novos impostos, sugira novas taxas, lembre novos selos, quer dizer: onere por igual os nove milhões de habitantes do Estado, a fim de sacrificar menos a população de Rio Preto. Porque diga-se o que quiser em sentido contrário, o certo é que a instalação aqui da penitenciária agrícola há de atingir por muitos meios e modos os interesses de Rio Preto. E isso, se se considerar que a nossa cidade nada, mas absolutamente nada deve ao Estado, que sempre nos foi padastro – chega a parecer demais, abusivo, humilhante (A Notícia, 15 de abril de 1955).

Em 13 de julho, porém, uma manchete curiosa era publicada na primeira página do jornal, dando conta de que “o Sr. Governador do Estado não tinha, até há três dias, o menor conhecimento do que se concertou aqui, com a comissão presidida pelo Sr. Viana de Moraes, com relação à Penitenciária Agrícola”. Em uma reunião realizada em São Paulo, no gabinete do governador, com o presidente da Associação Rural, Sr. Luiz Duarte da Silva e o deputado Aloysio Nunes Ferreira, com o propósito de procurar esclarecer a posição da cidade em relação à Escola Agrícola que estava sob a ameaça de ser transformada em presídio, o Sr. Jânio Quadros “estranhamente” desconhecia a questão, uma vez que as atas das reuniões realizadas pela

comissão estadual não lhe haviam sido entregues.

Diante da situação inusitada, o jornal descreve que “felizmente, o Sr. Luiz Duarte tinha à mão, na pasta, uma cópia completa, com fotografias, inclusive, o que valeu para que o Sr. Governador tomasse conhecimento da situação”, com a qual se mostrou “muito interessado, ficando de estudar detidamente o assunto”.

No entanto, a despeito de todas as manifestações em sentido contrário e do eventual desconhecimento da questão por parte do governo estadual, logo em seguida, no dia 16 de julho, *A Notícia* publicava a informação de que “o Instituto Penal Agrícola de Rio Preto começará a funcionar na próxima segunda-feira com os primeiros 20 detentos”, tendo sido nomeado para diretor o Sr. Javert de Andrade que já organizava o corpo de funcionários da Administração e enaltecia o “comportamento exemplar dos condenados” que estavam por chegar, ressaltando que todos possuíam penas “relativamente pequenas”, na tentativa de abrandar a situação e acalmar a comunidade local.

Coincidentemente, no mesmo dia em que a cidade completava o seu 61º aniversário de emancipação política – uma vez que fora desmembrada de Jaboticabal em 19 de julho de 1894 – tinha início oficialmente a nova instituição da cidade que representava, em grande parte, o oposto de todo o ideal de progresso até então buscado, contrariando, assim, os interesses de vários setores da população local e que já se originava trazendo

consigo uma grande discórdia em relação a sua criação.

Em pequena nota no corpo do editorial de 19 de julho de 1955 e sem maiores esclarecimentos, lia-se a notícia de que “Com solenidades realizadas ontem, passou a funcionar o Instituto Penal Agrícola de Rio Preto. Conforme já é do conhecimento geral e segundo deliberação do governo estadual, entrou em funcionamento a partir de ontem o Instituto Penal Agrícola de nossa cidade”.

Terminava assim, depois de mais de dez anos desde a publicação de sua criação, em 1942, a grande polêmica em torno da Escola Prática de Agricultura com sua transformação no atual Instituto Penal Agrícola de São José do Rio Preto.

O sentimento de traição anunciado pelo matutino era evidente, a ponto de ser publicado nessa mesma edição do dia 19, uma coluna assinada por Celen Orives e intitulada “Conversando com... Judas Iscariote”, em referência a coluna denominada “Conversando com o candidato”, na qual se remete o leitor claramente às promessas feitas pelo governo do estado e às suas práticas contraditórias, muito embora inexista qualquer citação direta e expressa em relação a criação do instituto penal durante todo o texto.

Depois de tanto tempo passado, ainda nos lembramos de você Judas Iscariote. Sim, porque por sua causa ainda choramos [...]. O que mais nos faz lembrar hoje de sua velha e indesejável existência são os seus seguidores, os seus discípulos. Seus conceitos e sua filosofia formou escola.

E que escola, velho Judas! [...] Enquanto você pediu apenas uns trinta dinheiros pela sua traição, eles pedem milhões. [...] Suas fisionomias não traduzem o negror de suas almas, podem e são confundidos com os amigos leais, eles fazem a entrega publicamente e ainda riem, dão gargalhadas e passam à história, não como você Judas, como estigma de traidor. Eles são chamados espertos, inteligentes, golpistas e a turba os aplaude. Curvam-se ao seu saber, a sua manha; são condecorados. Como o sucesso da impunidade é estimulante eles vão sempre, melhorando seus métodos de traição. Já não se contentam em trair o amigo da véspera, o benfeitor da manhã daquele dia. Porque tempo e tática só com um apenas? Passam a trair multidões! [...] Profissionais da mentira, locupletam-se às custas do povo, e depois desse povo se dizem defensores. Velho Judas, você está desmoralizado. Se não acreditar nisto venha dar uma olhadela aqui na terra e passe pelo meu Brasil e verá como você precisará melhorar sua doutrina para poder reconquistar o título de traidor número um (A Notícia, 19 de julho de 1955).

Somente a partir do final de agosto, *A Notícia* divulgava matéria sobre o Instituto Penal Agrícola informando que representantes dos jornalistas locais visitaram o estabelecimento a convite da direção, percorrendo todas as dependências do local e conversando com os presos e funcionários, ocasião em que “tomaram conhecimento da obra de recuperação social que o Dr. Javert em boa hora encetou e está realizando”, concluindo que “a impressão geral foi magnífica”.

Em 23 de agosto, na coluna denominada “A vida que a gente leva”, assi-

nada por Demóstenes Gonzalez, mais uma vez merecia destaques a “prisão sem grades”, enaltecendo a figura do diretor da instituição e sua proposta de trabalho que incluía trazer as famílias dos presos para ali dar-lhes casa e conforto a fim de favorecer a reabilitação de forma digna e o quanto antes.

Dessa forma, o matutino iniciava inédita abordagem a respeito da nova instituição municipal deixando de lado, ao menos por ora, toda a polêmica em torno de sua criação e buscando elementos que favorecessem a sua imagem perante a comunidade.

Dentro desse contexto, a edição de primeiro de setembro anunciava que o Centro Estudantil Rui Barbosa (CERB) havia realizado uma partida de futebol amistosa com os internos do IPA e vencido pelo placar de 3 a 1, ressaltando que “uma visita dessa estirpe aquele estabelecimento vem sobremaneira enaltecer e por a prova o espírito regenerado dos reeducandos e ainda mais o alto grau de idoneidade dos moços de Rio Preto”.

A matéria demonstra de forma emblemática a dificuldade em se relacionar com a instituição e a superioridade com que se refere aos “moços” do Centro Estudantil cujo patrono, coincidentemente, era referência na luta pela liberdade, em especial, pelo abolicionismo.

Outra longa matéria intitulada “O Novo Sistema Presidiário”, assinada por Chiquinha S. Domingues e publicada nessa mesma época, expressava de forma conclusiva toda a questão. A autora, figura importante do cenário da época, uma

vez que casada com o ex-prefeito Ernani Pires Domingues, responsável pelo início das negociações em torno da criação da Escola Agrícola, era grande defensora da educação e dos interesses da cidade e, na ocasião, anunciava de forma entusiasmada como havia modificado sua opinião em relação ao assunto. A razão da mudança de opinião estava relacionada a uma visita feita por ela ao instituto penal em uma noite de festa oferecida pelo seu diretor, Dr. Javert de Andrade, com a presença de músicos famosos, além de uma orquestra, da qual os internos também participaram.

Quando li os debates pelos nossos jornais se se deveria ou não, transformar a escola em presídio, imediatamente me revolttei: sou sempre pela escola. Com ela, não precisamos de presídios. Mas, infelizmente, a escassês delas pelo nosso país arrosta-nos a situação em que nos encontramos. Mergulhamo-nos na confusão, na miséria, no desentendimento. Falta termos um povo que, alfabetizado, com a consciência esclarecida por uma análise correta, apertidária, livre, ponha na sua governança homens que dêem maior atenção a esse problema. Por isso, achava, não deveríamos nunca transformar em instituto presidiário, a escola agrícola que não chegou a funcionar como tal. Vendo, porém, a organização do dr. Javert de Andrade estabeleceu para aquê – hoje Instituto Penal de Reforma Agrícola – minha opinião se modificou. Nesse diretor, os presos encontram uma criatura de grande compreensão filantrópica que humanamente está oferecendo aos – antes encarcerados – uma vida de liberdade conduzida por caminhos amenos, fazendo com

que a consciência desperta daqueles homens, seja grade intransponível, substituindo os costumeiros grilhões de aço que os isolavam do convívio social. [...] Dr. Javert compreendeu que com carinho e confiança oferecida a um criminoso, nós conseguimos mais que pela violência. [...] Por isso fiquei emocionada no Instituto Agrícola por ter encontrado na pessoa de seu diretor a mesma afinidade de sentimentos sobre esse assunto. Dr. Javert está revolucionando o sistema de tortura moral e física, pelo trabalho, carinho e assistência humana dada aos prisioneiros. E o efeito desta reforma já se faz sentir em tão pouco tempo! Todos os presos sentiam-se satisfeitos e, numa grande ovação, afirmaram encontrar no dr. Javert um pai e não um superior. (A Notícia, 25 de agosto de 1955).

A matéria resume de forma precisa o desfecho de toda a questão, demonstrando como variaram as posturas nessa trajetória de quase dez anos de negociações, desde o anúncio da instalação da EPA em idos de 1944 e, mais tarde, o início da sua construção em 1945, até o seu abandono e posterior transformação em Instituto Penal em 1955. Expressa também com clareza a posição assumida pelo jornal *A Notícia* em relação à questão. Assim como D. Chiquinha, o matutino também havia mudado de opinião.

O IPA era uma realidade e sua história começava a ser escrita juntamente com a do município. Era preciso, portanto, naquele momento, enaltecer a nova instituição e a pretensão existente por trás dela, apesar de toda a polêmica em torno da sua origem.

Sem pretender discutir aqui as características dessa instituição penal ou se sua criação foi positiva ou negativa para a cidade, o importante é trazer à tona todo o ambiente cultural, político e social conturbado que envolveu a sua criação para podermos analisá-la de forma mais crítica. A partir daí, cabe perguntarmos quais os valores defendidos pelo *A Notícia*, afinal? E porque o IPA ameaçava tais valores?

A resposta surge na medida em que observamos a postura do jornal diante dos fatos. A *Notícia* defendia os interesses de classes sociais que estavam relacionadas com a manutenção e a valorização das características agrárias do município, razão pela qual assumia os valores que lhes são correspondentes. Cabia ao jornal, portanto, através da veiculação dos fatos e das idéias, a disseminação também desses valores a fim de legitimar determinada visão de mundo que favorecesse a criação de um imaginário que lhe fosse peculiar. E o IPA, nesse ponto, representava uma ameaça real a tais valores pelo fato de não corresponder aos interesses dessas classes, ao contrário, representava o oposto dos seus anseios.

Da mesma forma, devemos nos perguntar hoje se a desocupação do prédio no qual se encontra atualmente instalado e a construção de nova unidade em lugar mais afastado da cidade representa uma solução para os problemas da instituição? E que problemas são esses? Sua transferência irá beneficiar as pessoas diretamente envolvidas ou apenas aten-

derá às demandas da especulação imobiliária e da segregação social?

O fato é que a nova instituição perderá sua característica agrícola, principal responsável pela ocupação e fonte de trabalho para os reeducandos, além do que terá sua capacidade ampliada significativamente, tornando-se assim a segunda maior do estado, atrás apenas do CPP de Franco da Rocha. E sua localização demandará ainda uma reorganização das empresas contratantes dessa mão-de-obra já tão marginalizada e de todos os envolvidos com a instituição. Vale lembrar também que quando da criação da EPA, o terreno escolhido para a sua construção era considerado acertado por se tratar de “local para onde não há probabilidades de estender-se a cidade” (A Notícia, 23 de janeiro de 1944).

É evidente, pois, não ser possível prever o que está por vir. Mas a história nos ajuda a mostrar como os acontecimentos de outras épocas revelam valores de uma sociedade que podem ser percebidos ainda hoje ecoando em nossa sociedade. O jornal A Notícia cumpriu papel de destaque ao longo das negociações em torno da construção da EPA e depois quando da criação do IPA, assumindo não apenas a posição de simples divulgador de fatos e idéias. Ele foi, muitas vezes, contraditório na defesa dos interesses que lhe pareciam ser os mais corretos, e se tornou, ao mesmo tempo, um fator desencadeante dos acontecimentos.

Observando a posição do impresso a respeito de toda a questão, nos aproximamos de parte da sociedade da época.

Aproximamos-nos também das representações construídas historicamente em torno do IPA, da cidade de São José do Rio Preto e dos leitores de *A Notícia*.

### Referências bibliográficas:

ALVES, O. R. *Homens que governaram São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1986.

ARANTES, L. *Quem faz história em São José do Rio Preto*. SP: THS Arantes Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. *Dicionário Rio-pre-tense, a história de São José do Rio Preto de A a Z*. 2. ed. Casa do Livro, 2001.

CAMPOS, R. D. *A Princesa do Sertão na Modernidade Republicana: Urbanidade e Educação na Rio Preto dos anos 1920*. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2003.

\_\_\_\_\_. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920 – 1940)*. Educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CARVALHO, J. G. *Formação e Desenvolvimento Regional: evolução econômica da Região Administrativa de São José do Rio Preto*. In: CARVALHO, J.G. (Org.). *Dimensões regionais e urbanas do desenvolvimento socioeconômico em São José do Rio Preto*. 1. ed. São José do Rio Preto, SP: Editora Microlins Brasil, 2007.



- CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.) *História novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- HILSDORF, M. L. S. *História da Educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX – 1914 – 1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003
- LODI, N. Nasce um Município. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 30 de julho de 2006. *Diário História*.
- \_\_\_\_\_. Definições Históricas. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 20 de agosto de 2006. *Diário História*.
- \_\_\_\_\_. A história da Swift – um bem cultural. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 20 de julho de 2008. *Diário História*.
- \_\_\_\_\_. Produção Agrícola após 1930. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 29 de junho de 2008a. *Diário História*.
- \_\_\_\_\_. Chiquinha Domingues. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 24 de fevereiro de 2008b. *Diário História*.
- OLIVEIRA, M. R. P. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na primeira república*. Estudos CDAPH. Série historiografia; EDUSF: Bragança Paulista, 2003.
- PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SANTOS, J. A. A Trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 205-224.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.
- VALLE, D. *Jornais de Rio Preto de 1903 a 1994*. São José do Rio Preto: A Notícia, 1994.

*Submetido em 25 de abril, 2011.*

*Aprovado em 12 de maio, 2011.*